

Gestão democrática da escola pública brasileira em tempos de retrocessos

Mirthis Yammilit da Conceição Almeida (UERN)

mirthisalmeida@uern.br

Eugênia Morais de Albuquerque (UERN)

eugeniamorais@uern.br

É observável no Brasil uma histórica tensão entre avanço e retrocesso democrático. Este fenômeno tem sido estruturante nas relações Estado, Sociedade e Educação. Diante o exposto, neste escrito buscamos refletir acerca da gestão democrática da escola pública brasileira em tempo de retrocessos, baseando-se na breve retomada histórica da temática, com defesa de sua importância no contexto vigente, de austeridade gerencial e autoritarismo neoliberal-neoconservador.

A origem da gestão democrática da escola pública, remete a redemocratização nacional, ao final da década de 1980, como resultado do contexto da insurreição política de diversos setores da sociedade contra a ditadura, dentre eles, as universidades, os profissionais e intelectuais da educação (associações e sindicatos da categoria), os estudantes (movimentos estudantis), efetivo movimento de combate aos 21 anos de Regime da Ditadura Cívico-militar-empresarial-internacional, e em favor da instauração da Assembleia Constituinte. Dentre as pautas, esteve as eleições diretas, a investigação e enfrentamento à barbárie do Regime, que se expressou desde a vigilância ideológica, aos assassinatos, perseguições políticas, torturas, exílios, e graves violações dos direitos humanos (CNV, 2014, online).

Salienta-se que o direito de constituir a gestão democrática tomou corpo como conquista na constituição federal (BRASIL, 1988), no entanto, ficou ambígua, o papel da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) fora dar conta do que não foi regulado na CF(88), todavia, na

tramitação, Brzezinski (2014, p.18, grifo do autor) relata que o Senador Darcy Ribeiro, para estranhamento dos defensores da educação pública, descaracterizou o projeto da LDB, “até configurar e apresentar um novo projeto de lei, utilizando-se de “artimanhas regimentais”, a fim de atender às demandas do Poder Executivo”, desse modo, segundo Bollmann e Aguiar (2016, p. 417) “de golpe em golpe, finalmente, foi aprovado, em 25 de outubro de 1995, o Substitutivo Darcy Ribeiro”, este que, subordinou o Plano Nacional de Educação (PNE) aos dos organismos internacionais.

Inclusive, as lacunas da LDB (1996) cimentaram sucateamentos estruturais ao financiamento e a organização da educação, cuja Reforma do Aparelho do Estado (1998) instaurada com subordinação ativa e consentida à lógica do mercado, provocara perversos efeitos na educação (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2005). Principalmente com a aplicabilidade do receituário neoliberal Consenso de Washington. Por qual se instaura o Estado Gerencial, que funciona sob à lógica da empresa, transfere recursos a iniciativas privadas, por parcerias, privatizações, concessões, assessorias ou lobby de soluções inovadoras, em favor do mercado e anti-povo, característicos dos governos de FHC (1995-2002).

Os anos FHC, são precedidos por 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, de 2003 à 2016, com dois mandatos de Lula e com a eleição de Dilma para dois mandatos, no entanto, tendo seu último mandato impedido por um golpe promovido pois “no recente caso brasileiro, se viu ameaçado por um período de avanços nas questões sociais” (PERONI; LIMA, 2020, p. 7).

Para Goldestein (2019) as quatro derrotas eleitorais da direita, produziram em 2014 um cenário de polarização, surfando na onda do descontentamento expresso nas jornadas de junho de 2013, crescem os ataques misóginos à Dilma, a Lula e ao PT, que passa a sofrer ataques e tentativas de golpe, promovendo descrédito institucional dos resultados das eleitorais de 2014.

Os ataques midiáticos-empresariais-jurídico-parlamentares são endossados no julgamento¹ político, conduzido por conservadores-mafiosos. Sob a tutela de Eduardo Cunha e com apoio do vice-presidente Temer, paralisaram a governabilidade de Dilma, enquanto Dilma sofria o golpe político. A Operação Lava-Jato, conduz um julgamento jurídico-político com espetáculo midiático, culpabilizando e criminalizando o PT, e culminou na criminoso prisão de Lula, num processo escatológico de tomada de poder pelos “cristãos-conservadores-neoliberais”, instaurando outro período de tirania e retrocessos. (SINGER, 2012;2018) e (BRAGA, 2017).

Assim como no golpe de 1964, o golpe de 2016, pontuadas as distinções, tem como semelhança a violência de classe (BOFF, *online*)². Que constitui a destituição progressiva e autoritária de direitos sociais e humanos pactuados na CF (88). Porquanto o neoliberalismo associado ao neoconservadorismo, segundo Peroni, Caetano e Valim (2021), responsabiliza o Estado pela crise econômica, do capital, e atribuem-na o *status* de crise moral.

Nesse contexto, além das medidas de austeridade, como o congelando em 20 anos do financiamento em educação (EC95/2016), que para Amaral (2016) é a morte do PNE (2014-2024), as medidas autoritárias, como a Reforma do Ensino Médio e a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular descaracterizando as produções coletivas (AGUIAR, 2016), somaram-se as ameaças moralistas da Escola sem Partido (FRIGOTTO, 2017), da militarização das escolas públicas e *homeschooling* (PERONI; CAETANO & VALIM, 2021).

De Temer a Bolsonaro, se destituem direitos trabalhistas, instaura-se um contexto de fome, morte e violência neonazista-fascista, como projeto de governo, é a efetiva necropolítica (MBEMBE,

¹ Inclusive, o atual presidente, à época deputado, Bolsonaro, dedicou o golpe em nome do torturador de Dilma, o Cel. Brillhante Ustra, associando ainda o discurso por Deus e pela família.

² Vide: <https://www.otempo.com.br/opiniao/leonardo-boff/os-golpes-de-1964-e-2016-a-mesma-violencia-de-classe-1.1367373>

2018), um governo de morte que por negligência culminou, nos mais de 686 mil mortes pandemia, e é precedido no contexto eleitoral de 2022 também com assassinatos políticos.

Assim mediante a “barbárie gerencial” [...] embuste das agendas educacionais empresariais, cada vez mais capilarizadas e indistinguíveis das políticas educacionais oficiais” (CÁSSIO, 2019, p.17) que assediam por resultados, buscamos refletir e reconhecer que a gestão democrática é fruto de lutas históricas que precisam ser garantidas, sendo ela incompatível ao projeto de sociedade em curso, seja a gestão democrática mobilizadora dos princípios laicos, participativos como bandeira de luta pela democratização nacional.

REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Iria. (orgs). **LDB/1996 contemporânea: contradições, tensões, compromissos**. São Paulo: Cortez, 2014.

BRAGA, Ruy. **Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BOLLMANN, M. da G. N.; AGUIAR, L. C. LDB: projetos em disputa da tramitação à aprovação em 1996. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 407-428. 2016.

CNV, Comissão Nacional da Verdade. **RELATÓRIO DA CNV**. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2022.

CASSIO, F. (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019

FIDELIS, T. K. dos S.; BELTRÃO, G. Golpes e ditaduras latino-americanas no século XX: análises a partir da teoria marxista da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 14, n. 1, p. 192–219, 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade** Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. **A gênese do Decreto nº. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita**. Revista Trabalho Necessário, v.3, n.3. Rio de Janeiro- RJ, 2005

GOLDSTEIN, Ariel. **Bolsonaro. La democracia de Brasil en peligro.** Buenos Aires: Marea Editorial, 2019.

KALIL, Isabela Oliveira. **Quem são e no que acreditam os Eleitores de Jair Bolsonaro.** Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo Outubro, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 32. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1999, 105p.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4ª ed. Campinas, SP: Autores e Associados, 2013.

SILVA, Daniel Neves. "Ditaduras latino-americanas. **Brasil Escola.** s.d. (online). Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/militar.htm>. Acesso em 28 de set. 2022.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SINGER, André. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016).** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PEREIRA, Luiz Carlos BRESSER. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Ano 49, Número 1, 1998

TRASPADINI, Roberta. A torturante função da educação na década de 1970. **Le Monde Diplomatique Brasil** , 18 de janeiro de 2019 (online). Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-torturante-funcao-da-educacao-na-decada-de-1970/>. Acesso em 28 de set. 2022.